

1 **ATA DA 4º REUNIÃO PLENÁRIA DO**
2 **CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA – 10ª REGIÃO – MG**
3 **4ª SESSÃO ORDINÁRIA**

4 Ao 8º (oitavo) dia do mês de abril de 2021, realizou-se, por meio de videoconferência, a 4ª
5 Sessão Plenária Ordinária do Conselho Regional de Economia – 10ª Região – MG, com a
6 presença remota dos conselheiros e economistas: Tania Cristina Teixeira, Gustavo Aguiar Pinto,
7 Lourival Batista de Oliveira Júnior, Paulo Roberto Paixão Bretas, Emmanuele Araújo da
8 Silveira, Antônio de Pádua Ubirajara e Silva, Alzira Alice de Souza, Pamela Lorrany Sobrinho,
9 Adriano Miglio Porto, João Vitor Leite Rodrigues e Valquíria Aparecida Assis. A abertura dos
10 trabalhos ocorreu às 17 horas. Em primeira convocação, deu-se início à reunião. Com a palavra,
11 a presidenta Tania Cristina Teixeira convidou para assessorar a plenária o gerente executivo,
12 Marco Aurélio Loureiro, e o assessor jurídico, Glaydson José da Silva.

13 **I – EXPEDIENTE:**

14 **1.1 – APROVAÇÃO DA ATA DA 3º REUNIÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA DE**
15 **16/03/2021:** Após a leitura da ata, a mesma foi aprovada por unanimidade.

16 **II – ORDEM DO DIA:**

17 Não houve relatoria de processos. Foi informado que, praticamente todos os processos que
18 estavam distribuídos para relato dos conselheiros foram recolhidos com os devidos pareceres
19 homologatórios. Alguns foram redistribuídos e, na próxima sessão plenária, haverá a
20 distribuição de novos processos.

21 **REGISTROS PROFISSIONAIS DE PESSOA FÍSICA E JURÍDICA:**

NOME	Nº REGISTRO	Nº PROCESSO
1- Econ. Bruno Dantas Yamashita	8555	033/2021
2- Econ. Catharine Gonzaga Borge	8556	034/2021
3- Econ. Lucas Afonso Rodrigues Moreira de Faria	8557	035/2021
4- Econ. Paulo Pereira Miguel	8562	041/2021
5- Julius Baer Family Office Brasil Gestão de Patrimônio Ltda.	135	042/2021

22 **III – INFORMES:**

23 **3.1 – POSICIONAMENTO SOBRE PROCESSO ELEITORAL:** A presidenta destacou a
24 importância de um encaminhamento definitivo sobre este assunto, inicialmente analisado pela
25 conselheira Pamela Lorrany Sobrinho e pelo conselheiro Adriano Miglio Porto. Para dar
26 prosseguimento à discussão, a presidenta passou a palavra para o conselheiro Adriano Miglio
27 Porto, que resgatou os propósitos da discussão, explicando que, em 2020, os eleitores do colégio
28 eleitoral do Conselho Federal de Economia (Cofecon) não acompanharam a solução de
29 consenso construída dentro do Corecon-MG, acabando por eleger conselheiros federais
30 economistas ligados a Minas Gerais de forma diferente da solução laboriosamente construída
31 dentro deste regional, que indicou dois candidatos ex-presidentes do Corecon-MG, Antônio de

32 Pádua Ubirajara e Silva e Paulo Roberto Paixão Bretas, encaminhada e votada na referida
33 eleição pela delegada eleitora, a presidenta Tania Cristina Teixeira. Em seguida, apresentou um
34 planejamento para dar andamento à narrativa em questão. Iniciou ponderando questões como:
35 qual é o problema, como, onde e com quem discuti-lo. Salientou a dimensão do problema, cujos
36 encaminhamentos são delicados e a solução é complexa, destacando ao final a necessidade de
37 aprofundamento desta discussão, com vistas às melhorias no processo de eleição dos
38 conselheiros efetivos e suplentes do Cofecon. Reconheceu a resistência a mudanças e ressaltou a
39 necessidade de melhoria da prática democrática e a comunicação com os conselheiros estaduais.
40 Considerando que o processo eleitoral atual apresenta problemas, finalizou destacando o
41 principal sentido da sua proposta, que é o de criar mecanismos para, quando houver disputas no
42 âmbito estadual, as mesmas poderem ser consideradas e respeitadas. Com a palavra, a presidenta
43 agradeceu as considerações do conselheiro Adriano Miglio Porto, solicitando que o mesmo
44 encaminhe a sua apresentação a todo o plenário e, na sequência, concedeu a palavra à
45 conselheira Pamela Lorrany Sobrinho. Com a palavra, a conselheira Pamela Lorrany Sobrinho
46 fez comentários referentes à nota de desagravo ao processo eleitoral do Cofecon, inicialmente
47 produzida para dar tratamento ao assunto. Disse concordar que o tema seja levado para o fórum
48 adequado, o qual neste caso é o Simpósio Nacional dos Conselhos de Economia (SINCE).
49 Lembrou que os pressupostos jurídicos foram todos cumpridos e que, em reunião plenária
50 ocorrida no ano de 2020, com a presença do procurador do Cofecon, foram esclarecidas todas as
51 dúvidas, não restando nenhuma questão quanto aos encaminhamentos legais adotados. Assim
52 sendo, como não houve descumprimento de regra, não teria sentido apresentar uma nota de
53 desagravo ao plenário do Cofecon. Com a palavra, o vice-presidente Gustavo Aguiar Pinto
54 manifestou o incômodo com a morosidade para resolver essa questão. Ressaltou a importância
55 de o assunto ser encaminhado na forma de proposta e não através de uma manifestação como
56 nota de desagravo. Neste sentido, o vice-presidente reforçou a opção de encaminhar ao SINCE a
57 proposta apresentada pelo conselheiro Adriano Miglio Porto. Na sequência, após uma rápida
58 consideração da presidenta, que corroborou com as manifestações anteriores, foi passada a
59 palavra para o conselheiro João Vitor Leite Rodrigues. Com a palavra, o conselheiro registrou
60 que os atos normativos são importantes, mas que os acordos tácitos também são, e opinou que o
61 melhor seria olhar para frente e tratar o desacordo gerado como uma oportunidade de propiciar
62 novos entendimentos. O conselheiro concluiu dizendo que, a melhor forma de criar unidade é
63 gerar novos compromissos. Solicitando a palavra, o conselheiro Antônio de Pádua Ubirajara e
64 Silva disse que, apesar de estar presente como convidado do Cofecon e como conselheiro
65 suplente, já que plenária está completa com os conselheiros efetivos, gostaria de dar a sua
66 contribuição. Iniciou parabenizando o conselheiro Adriano Miglio Porto pelo formato da
67 apresentação. Em seguida, relembrou alguns pontos, devido à presença de novos conselheiros e
68 mesmo de antigos, que podem não estar atentos à situação apresentada neste debate. Salientou
69 que o sistema eleitoral do Cofecon é bastante “sui generis”, porque quem elege os conselheiros é
70 uma assembleia geral da qual fazem parte todos os conselhos regionais, mas o voto não é igual.

71 Continuando, explicou que cada estado tem um peso diferente no seu voto, em razão do número
72 de Economistas em Condições de Voto (ECV), conforme denominado pelo Cofecon, que se
73 encontram registrados nos respectivos Conselhos Regionais. Neste sentido, o voto de um estado
74 na assembleia reproduz o peso da categoria nesse determinado estado, representado pelo ECV.
75 Essa é, então, a primeira questão: o voto para composição do plenário é indireto e essa
76 composição reflete a categoria na proporção de sua distribuição pelo país. Neste sentido, todos
77 os estados, incluindo o Distrito Federal, têm participação na plenária. O que acontece é que, a
78 composição do plenário do Cofecon não garante a presença de todos os estados. São 18 cadeiras
79 e, para manter uma proporcionalidade, alguns estados têm três representantes, como é o caso de
80 São Paulo. O Rio de Janeiro, por sua vez, tem dois, enquanto outros estados têm um e alguns
81 não têm nenhum. Nos estados em que não há nenhum representante, o Cofecon criou um
82 sistema de rodízio, o qual ainda precisa ser aperfeiçoado, já que não tem representado muito
83 bem os votos devido a razões políticas, inclusive ao problema da política nacional. Pedindo
84 desculpas pela franqueza, o conselheiro Antônio de Pádua Ubirajara e Silva acrescentou que
85 existem alguns estados cujos candidatos têm posicionamentos muito à direita, enfatizando ter
86 clareza de que este seria o principal problema. Ainda com a palavra, Antônio de Pádua Ubirajara
87 e Silva disse: “você tem uma assembleia em que todos participam proporcionalmente para
88 elegerem 18 conselheiros, e aí é muito importante analisar o que está dito no esquema
89 apresentado pelo conselheiro Adriano Miglio”. Ainda conforme o conselheiro Antônio de Pádua
90 Ubirajara e Silva, é necessário esclarecer que, no Cofecon, não existem representantes estaduais.
91 “Eu, Antônio de Pádua Ubirajara e Silva, não sou conselheiro de Minas Gerais, eu sou
92 conselheiro federal, isso é da legislação. Então, eu recebi votos de uma assembleia da qual
93 fizeram parte todos os estados”, acrescentou. Solicitando a palavra, o conselheiro Adriano
94 Miglio Porto disse conhecer a legislação em vigor, afirmando que a forma legal foi obedecida,
95 mas que o problema não era esse, e sim uma questão política, pois existe um chamado
96 “acordão” que garante a distribuição de vagas para os Corecons e que, neste caso, Minas Gerais
97 tem direito a duas vagas. Solicitando novamente a palavra, o conselheiro Antônio de Pádua
98 Ubirajara e Silva disse ser importante terminar o seu raciocínio, tendo em vista que alguns
99 conselheiros, que não participaram no semestre passado em vista das mudanças no plenário,
100 precisam entender o processo. Para o conselheiro Antônio de Pádua Ubirajara e Silva, o que se
101 chamou de “acordão” é uma expressão que foi usada durante um certo tempo, mas agora não é
102 mais utilizada, porque muitas questões se modificaram ao longo do tempo. Disse estar fazendo
103 referência a um período anterior a 2012, ano em que ele entrou para o sistema através do
104 Corecon-MG. Registrou a importância da discussão em curso, classificando-a como sendo muito
105 pertinente e como uma tentativa de fortalecer a democracia dentro do sistema, renovando o que
106 já se discutia há 20 anos no SINCE de Ouro Preto. Neste evento, foi apreciada a possibilidade de
107 se instituir o voto direto dos economistas para presidente do Cofecon, tentando fazer uma
108 eleição direta em moldes parecidos com o da OAB. Expressou os muitos problemas desta
109 proposta, que exigiria alterações na legislação e seria um processo complexo o qual ainda

110 precisaria ser alterado e aperfeiçoado. Finalizando, o conselheiro Antônio de Pádua Ubirajara e
111 Silva falou que, mandar uma nota de desagravo para o Conselho Federal de Economia seria um
112 equívoco, pois este não foi quem decidiu sobre este assunto e nem se reúne para discutir o que
113 se chama de “acordão”. Disse ainda que, naturalmente, aqueles Conselhos Regionais que têm
114 mais peso na votação, devem manter certa homogeneidade política, e que este acordo é uma
115 espécie de filtro político para enfrentar o ambiente bélico que existe no país. O conselheiro
116 Antônio de Pádua Ubirajara e Silva falou ainda que não cabe ao Cofecon dizer que vai ouvir
117 todos os Corecons e que os Corecons vão indicar seus candidatos. Segundo o conselheiro isso
118 não acontece. Em seguida, Antônio de Pádua Ubirajara e Silva citou o exemplo do presidente do
119 Cofecon, Antônio Corrêa de Lacerda, e de sua vice-presidenta, Denise Kassama, que não foram
120 indicados pelas plenárias de seus respectivos Conselhos Regionais. Complementou dizendo que
121 o Cofecon nem tem como interferir nisso, uma vez que o assunto é discutido e resolvido na
122 assembleia geral, a qual se reúne uma vez por ano, sendo desfeita logo após a eleição. Por fim, o
123 conselheiro encerrou suas considerações, dizendo que o processo eleitoral ocorreu de forma a
124 deixar clara a preferência da assembleia geral naquele momento, embora a assembleia geral
125 tenha manifestado de forma muito clara que seria a sua preferência com relação ao processo.
126 Disse ainda que está chamando a atenção de todos na tentativa de contribuir com o debate, mas
127 que ele próprio nem poderá votar nesta plenária, pelo fato de já estar completa. Por último,
128 enfatizou que não existe um representante do estado junto ao Cofecon, que isso não é da regra e
129 que qualquer pessoa desta plenária ou da categoria em condições de voto pode se candidatar a
130 conselheiro do Cofecon. Prestados os últimos esclarecimentos e após ter ouvido o plenário, a
131 presidenta Tania Cristina Teixeira convidou o conselheiro Antônio de Pádua Ubirajara e Silva a
132 se incorporar como conselheiro efetivo e deu início ao processo de votação. Esclareceu a
133 necessidade de dar encaminhamento a duas questões, sendo a primeira em relação ao envio de
134 uma nota de desagravo ao Cofecon, referente ao processo de escolha dos conselheiros federais,
135 de acordo com os questionamentos apresentados; e a segunda em relação a uma decisão sobre o
136 envio dos mesmos questionamentos apresentados pelo conselheiro Adriano Miglio Porto, no
137 formato de proposta, para serem apreciados no próximo SINCE. Na sequência, foi apresentada
138 uma questão de ordem por parte do conselheiro João Vitor Leite Rodrigues quanto ao seu direito
139 de votar. Com a palavra, a presidenta Tania Cristina Teixeira esclareceu que ele não poderia
140 votar, mas gostaria que ele se manifestasse a respeito do assunto. Pedindo a palavra, o
141 conselheiro Paulo Roberto Paixão Bretas solicitou a contagem dos conselheiros titulares
142 presentes. Neste momento, a presidenta prosseguiu na contagem, sendo registrada a presença
143 dos seguintes conselheiros efetivos: Alzira Alice de Souza, Emanuelle Araújo da Silveira, Paulo
144 Roberto Paixão Bretas, Adriano Miglio Porto, Lourival Batista de Oliveira Junior, Tania
145 Cristina Teixeira, Gustavo Aguiar Pinto e Pamela Lorrany Sobrinho. Complementou dizendo
146 que convidou o conselheiro Antônio de Pádua Ubirajara e Silva para assumir a efetividade
147 devido à ausência da conselheira efetiva Valquíria Aparecida Assis, que justificadamente não
148 pode participar da reunião. Com a palavra, o conselheiro Paulo Roberto Paixão Bretas ponderou

149 não ter nenhuma objeção quanto ao direito do conselheiro Antônio de Pádua Ubirajara e Silva
150 de votar. Disse achar, inclusive, que esse processo nem deveria ser votado, podendo ser
151 caminhado para o consenso. Todavia, complementou o conselheiro, uma vez aberta a votação e
152 os votos dos conselheiros titulares sendo a maioria, não há necessidade de nenhum conselheiro
153 suplente assumir o lugar de nenhum titular, de acordo com o Regimento Interno. Ainda com a
154 palavra, Paulo Roberto Paixão Bretas opinou que, conforme a tradição, todos os conselheiros
155 presentes deveriam se manifestar e que o Regimento Interno dispensa este tipo de substituição.
156 A presidenta esclareceu que a sua intenção foi tão somente a de completar, devido à ausência da
157 conselheira efetiva Valquíria Aparecida Assis, o quórum total da plenária. Reafirmou a
158 importância da manifestação de todos os conselheiros e conselheiras, mantendo e observando as
159 prerrogativas legais. Processados estes registros, a presidenta reiniciou a votação, colocando em
160 apreciação o primeiro encaminhamento referente ao envio de uma nota de desagravo ao
161 Cofecon. Colhidos os votos de forma nominal, por unanimidade, o plenário decidiu pelo não
162 encaminhamento de referida nota. Ato contínuo, a presidenta conduziu para votação a sugestão
163 de encaminhar ao SINCE, na forma de uma proposição, os pontos apresentados e abordados
164 pelo conselheiro Adriano Miglio Porto, pela conselheira Pamela Lorrany Sobrinho e pelo
165 restante o plenário, que dizem respeito ao processo de democratização. Por unanimidade, o
166 plenário decidiu pelo envio de um documento que contribua com a democratização do sistema
167 para ser apreciado no próximo SINCE. Solicitando um adendo, o conselheiro Adriano Miglio
168 Porto disse que, encerrado este processo, deseja que o mesmo sirva de exemplo para uma
169 autocrítica e que o problema ocorrido não se repita.

170 **3.2 – PRIVATIZAÇÃO DA ELETROBRAS:** Foi novamente apresentado o pedido de adesão
171 a uma nota pública, proposta pelos funcionários da Eletrobras, contrária ao processo de
172 privatização em curso da empresa, a partir da edição da Medida Provisória nº 1031/2021. A
173 presidenta ponderou sobre a oportunidade de discutir o assunto sobre privatizações de forma
174 mais ampla. Para o conselheiro Adriano Miglio Porto, o assunto merece uma reflexão expandida
175 junto à categoria, abordando o papel do Estado e suscitando um debate sobre os temas
176 envolvidos. A conselheira Alzira Alice de Souza ponderou sobre a necessidade de se auferir os
177 dados apresentados na nota em questão. Para ela, os assuntos concernentes aos processos de
178 privatização são amplos e merecedores de diferentes abordagens. O conselheiro Lourival Batista
179 de Oliveira Junior também fez ponderações, defendendo uma discussão ampliada sobre os
180 processos de privatizações, bem como o papel do Estado. A presidenta propôs então que a
181 Comissão de Conjuntura do Corecon-MG, formada por ela mesma e pelos conselheiros Antônio
182 de Pádua Ubirajara e Silva, Adriano Miglio Porto, Paulo Roberto Paixão Bretas, Lourival
183 Batista de Oliveira Junior e Valquíria Aparecida Assis, pudesse desenvolver uma proposta de
184 evento que contemple a discussão sobre privatizações e sobre o papel do Estado nas estratégias
185 de desenvolvimento econômico e social do país, de forma ampla, possibilitando uma
186 interlocução com todos os interessados.

187 **3.3 – NOTA SOBRE O CORONAVÍRUS:** A presidenta Tania Cristina Teixeira propôs a
188 produção de uma nota pública do Corecon-MG com um posicionamento em relação ao delicado
189 momento vivido pelo país em consequência do processo pandêmico, suas implicações
190 econômicas e sociais. Para isso, solicitou o engajamento de todo o plenário. O conselheiro
191 Adriano Miglio Porto citou o artigo da Diretora Geral do FMI, Kristalina Georgieva, publicado
192 nesta semana na imprensa internacional, o qual apresenta um panorama dos impactos da
193 pandemia até o momento atual e como deverá ficar a economia no pós-Covid-19. Para a
194 Diretora Geral do FMI, “a vacinação é a política econômica mais importante do momento”. A
195 presidenta sugeriu que o conselheiro Adriano Miglio Porto faça uma minuta da nota do
196 Corecon-MG e encaminhe para os demais conselheiros, para que estes possam produzir suas
197 contribuições a partir deste primeiro esboço. O conselheiro Lourival Batista de Oliveira Júnior
198 sugeriu o envio desta minuta via Dropbox.

199 **3.4 – NÚCLEO DE PERÍCIA:** A presidenta Tania Cristina Teixeira propôs a indicação do
200 conselheiro Antônio de Pádua Ubirajara e Silva e da conselheira Alzira Alice de Souza para
201 integrarem o Núcleo, por entender que ambos, além de serem economistas, também são,
202 respectivamente, advogado e contadora, o que pode ajudar no trabalho junto ao Núcleo de
203 Perícia Econômico-Financeira do Conselho. Ao conselheiro Antônio de Pádua Ubirajara e Silva,
204 em vista de sua justificada ausência na reunião, o convite será encaminhado posteriormente.

205 **3.5 – SITUAÇÃO FINANCEIRA:** Foi informado que a Comissão de Tomada de Contas
206 (CTC) do Corecon-MG se reunirá uma vez por mês e passará a avaliar não somente os
207 balancetes trimestrais, mas também os mensais. Foi dito também que todos os membros da CTC
208 já receberam cópias do orçamento de 2021. Com a palavra, a presidenta Tania Cristina Teixeira
209 parabenizou a CTC pelas iniciativas, reforçando a necessidade da gestão continuar sendo
210 cautelosa em relação a gastos e investimentos, bem como de uma reaproximação do Conselho
211 com os alunos de economia, com participação em formaturas e outros eventos.

212 **3.6 – ASSUNTOS GERAIS:** O conselheiro Lourival Batista de Oliveira Junior solicitou um
213 esforço administrativo para que o Corecon-MG viabilize, junto a um laboratório clínico, um
214 convênio que propicie descontos em vacinas e exames médicos para os economistas. A
215 presidenta concordou com o conselheiro, solicitando ao gerente executivo o encaminhamento do
216 assunto. A conselheira Alzira Alice de Souza se ofereceu para ajudar a viabilizar este convênio.
217 Por fim, a presidenta Tania Cristina Teixeira, reforçando a preocupação apresentada pelo
218 conselheiro Lourival Batista de Oliveira Junior, apontou a necessidade de se pensar em novos
219 convênios que beneficiem a categoria.

220 **ENCERRAMENTO:** Na sequência, a presidenta encerrou os trabalhos, dos quais eu, Marco
221 Aurélio Loureiro, lavei a presente ata, que depois de lida e aprovada, vai assinada pela senhora
222 presidenta, pelos conselheiros e por mim, presentes na sessão plenária de 08 de abril de 2021.



Tania Cristina Teixeira
Presidenta

Gustavo Aguiar Pinto
Vice-presidente

Lourival Batista de O. Júnior
Conselheiro

Pamela Lorrany Sobrinho
Conselheira

Valquíria Aparecida Assis
Conselheira

Antônio de Pádua U. e Silva
Conselheiro

Alzira Alice de Souza
Conselheira

Paulo Roberto Paixão Bretas
Conselheira

Emmanuele Araújo da Silveira
Conselheira

João Vitor Leite Rodrigues
Conselheiro

Adriano Miglio Porto
Conselheiro

Marco Aurélio Loureiro
Gerente Executivo

Glaydson José da Silva
Assessor Jurídico